

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

EDITAL 01/2026	
Título e Código do Projeto	UNESCO 914BRZ1115 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano de Ações Articuladas - PAR
Local(s) de Trabalho	Brasília/DF
Período do contrato:	08 meses
Número de vagas:	21 (vinte e uma)
Enquadramento no Prodoc	Atividade 1.1.5 - Realizar estudo do cumprimento das metas de qualidade estabelecidas para projetos de ampliação, reforma e construção de novas escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, e instituições de ensino superior, bem como propostas para cobertura e construção de quadras esportivas escolares, atendendo aos padrões construtivos mínimos estabelecidos pelo Ministério da Educação.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Em conjunto com o Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tem empreendido esforços para alinhar estrategicamente suas ações institucionais, programáticas e administrativas, visando criar condições adequadas para a gestão das políticas educacionais do referido ministério. Esse alinhamento se insere no contexto do Plano de Ações Articuladas (PAR), cujas diretrizes têm impacto direto nas atividades desenvolvidas pela Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP).

Neste contexto é importante destacar a utilização do Plano de Ações Articuladas - PAR como estratégia federal para o planejamento plurianual das políticas de educação em que os entes elaboram plano de trabalho, a fim de desenvolver ações que contribuam para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições escolares, aprimoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de suas redes públicas de ensino, bem como o cumprimento das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

Assim, é imprescindível o desenvolvimento de estudos técnicos detalhados que assegurem o cumprimento das metas e a eficiência dos investimentos públicos, incluindo a retomada de obras escolares, o monitoramento de recursos e a avaliação da execução de propostas oriundas do PAR2, PAR3, PAR4 e emendas parlamentares.

Além disso, o cenário atual evidencia desafios como a necessidade de:

- Monitorar e aprimorar os processos de repactuação e execução de obras escolares;

- Diagnosticar a tempestividade de repasses e a qualidade das vistorias realizadas in loco;
- Avaliar e propor melhorias nas ações de acompanhamento e controle de iniciativas financiadas com recursos federais;
- Garantir a compatibilidade técnica e orçamentária das propostas, considerando os critérios estabelecidos no âmbito do PNE.

Diante dessas demandas, torna-se essencial a contratação de consultores especialistas em engenharia ou arquitetura, que atuarão em atividades técnicas relacionadas à análise, diagnóstico e proposição de soluções para aprimorar a gestão e a execução de iniciativas de infraestrutura educacional. As atividades serão desenvolvidas no âmbito da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional (CGIMP) e da Coordenação-Geral Infraestrutura Educacional (CGEST).

Os consultores serão responsáveis por entregar produtos técnicos que subsidiem a tomada de decisão, promovam a eficiência na aplicação dos recursos públicos e contribuam para a melhoria da infraestrutura educacional em âmbito nacional. Essa contratação alinha-se aos princípios da economicidade e eficiência da administração pública, sendo essencial para a qualificação e a efetividade das políticas públicas relacionadas à infraestrutura escolar no Brasil.

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC

Resultado 1.1: Normas e recomendações aplicadas a assistência técnica e financeira da DIGAP no âmbito do PAR referentes às ações de gestão educacional; formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e de avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos revisadas.

Atividade 1.1.5 - Realizar estudo do cumprimento das metas de qualidade estabelecidas para projetos de ampliação, reforma e construção de novas escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, e instituições de ensino superior, bem como propostas para cobertura e construção de quadras esportivas escolares, atendendo aos padrões construtivos mínimos estabelecidos pelo Ministério da Educação.

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELO CONSULTOR

Consultores 1 a 12 (CGIMP):

PRODUTO A:

Documento Técnico “A” contendo estudo Avaliativo das ações de monitoramento in loco realizado pelas empresas de supervisão ou pelos técnicos do FNDE, sobre as obras financiadas pela autarquia, no que tange às irregularidades de execução detectadas por ocasião das supervisões in loco, bem como mapeamento das principais irregularidades graves, denominadas restrições, e irregularidades leves, denominadas inconformidades, com vistas a subsidiar a operacionalização do acompanhamento físico-financeiro de tais obras, incluindo sugestões de implementação de mecanismos de assistência técnica aos entes federados que visem minimizar tais irregularidades.

Atividade 1: Levantar e analisar as restrições e inconformidades constantes nas obras, identificando quantitativos e principais itens verificados nas supervisões in loco;

Atividade 2: Realizar estudo avaliativo dos documentos encaminhados pelos municípios e estados ao FNDE, por intermédio dos Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e

Controle (SIMEC), verificando as principais dificuldades encontradas pelos entes para execução dos serviços de acordo com os projetos pactuados com o FNDE;

Atividade 3: Elaborar diagnóstico sobre as principais irregularidades de execução verificadas em cada etapa da obra, de maneira a subsidiar a equipe do FNDE no processo de acompanhamento dos serviços;

Atividade 4: Propor sugestões para diminuir a quantidade de inconsistências executivas verificadas nas obras analisadas, bem como sugestões de assistência técnica para evitar que tais inconsistências ocorram;

Atividade 5: Realizar reuniões com as áreas técnicas, visando coletar informações, alinhar expectativas, discutir resultados parciais e validar propostas relacionadas às análises e diagnósticos realizados no produto.

PRODUTO B

Documento Técnico “B” contendo estudo avaliativo das ações alusivas às empresas de supervisão realizando diagnóstico e estudo avaliativo da quantidade e qualidade das vistorias realizadas in loco pelas empresas contratadas e confecção de sugestões de melhorias a serem implementadas nas ações relacionadas ao acompanhamento dos contratos com essas instituições.

Atividade 1: Analisar quantitativa e qualitativamente as vistorias realizadas in loco pelas empresas contratadas, identificando lacunas e inconsistências.

Atividade 2: Elaborar diagnóstico sobre a eficiência das ações de supervisão, apontando impactos no acompanhamento das obras.

Atividade 3: Propor melhorias nos processos de supervisão e gestão contratual, considerando critérios de eficiência e qualidade.

Atividade 4: Realizar reuniões com as áreas técnicas, visando coletar informações, alinhar expectativas, discutir resultados parciais e validar propostas relacionadas às análises e diagnósticos realizados no produto.

PRODUTO C

Documento Técnico “C” contendo estudo avaliativo das ações relativas ao repasse de recursos do FNDE aos entes federados contendo diagnóstico de tempestividade de análises de desembolso, efetivação do repasse, impacto da Resolução 14/2024 do Plano de Ações Articuladas (PAR) nas análises e propostas de melhoria no processo.

Atividade 1: Realizar levantamento e análise da tempestividade das análises de desembolso e efetivação dos repasses financeiros.

Atividade 2: Avaliar o impacto da Resolução 14/2024 e demais legislações correlatas nos processos de repasse, identificando gargalos e potenciais melhorias.

Atividade 3: Propor ajustes e estratégias para otimizar o fluxo de análise e liberação de recursos aos entes federados.

Atividade 4: Realizar reuniões com as áreas técnicas, visando coletar informações, alinhar expectativas, discutir resultados parciais e validar propostas relacionadas às análises e diagnósticos realizados no produto.

PRODUTO D

Documento Técnico “D” contendo estudo avaliativo acerca das obras concluídas nos últimos 2 anos, contendo diagnóstico de tempestividade e quantidade, realizando propostas de melhoria no monitoramento e na assistência técnica que visem a conclusão das obras. [parei aqui]

Atividade 1: Levantar informações sobre a quantidade de obras concluídas, incluindo prazos e custos envolvidos.

Atividade 2: Realizar diagnóstico sobre os fatores que contribuíram ou dificultaram a conclusão das obras, destacando boas práticas e desafios.

Atividade 3: Elaborar propostas para aprimorar o monitoramento e a assistência técnica, garantindo a finalização de obras em andamento.

Atividade 4: Realizar reuniões com as áreas técnicas, visando coletar informações, alinhar expectativas, discutir resultados parciais e validar propostas relacionadas às análises e diagnósticos realizados no produto.

Consultores 13 a 21 (CGEST):

PRODUTO A

Documento Técnico “A” contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4 cujas demandas estejam tecnicamente aprovadas e com instrumento definitivo validado pelos gestores federativos.

Atividade 1: Mapear e sistematizar as propostas do PAR3 e PAR4 cujas demandas estejam tecnicamente aprovadas e com instrumento definitivo validado pelos gestores federativos.

Atividade 2: Realizar diagnóstico das demandas com instrumento definitivo validado pelos gestores federativos.

Atividade 3: Realizar reuniões com as áreas técnicas envolvidas para discutir a execução e eventuais entraves na implementação das iniciativas.

PRODUTO B

Documento Técnico “B” contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4 cujos empenhos não se encontram abaixo de 15% do valor da iniciativa para diagnóstico do impacto frente a tramitação do respectivo arquivamento da iniciativa.

Atividade 1: Mapear e sistematizar as propostas do PAR3 e PAR4 cujos empenhos não se encontram abaixo de 15% do valor da iniciativa.

Atividade 2: Realizar diagnóstico do impacto frente a tramitação do respectivo arquivamento da iniciativa, de maneira a subsidiar as demandas da equipe técnica do FNDE;

Atividade 3: Realizar reuniões com as áreas responsáveis para discutir o tema, coletar feedbacks e alinhar possíveis melhorias nos processos.

PRODUTO C

Documento Técnico “C” contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4 cujos instrumentos constam com cláusula suspensiva vencida, bem como estejam a vencer ou vencidos, para diagnóstico do impacto frente a tramitação do respectivo arquivamento da iniciativa e seus desdobramentos.

Atividade 1: Mapear e sistematizar as propostas do PAR3 e PAR4 cujos instrumentos constam com cláusula suspensiva vencida, bem como estejam a vencer ou vencidos.

Atividade 2: Diagnosticar os desdobramentos da tramitação de arquivamento dessas iniciativas e seus impactos.

Atividade 3: Realizar reuniões com as áreas responsáveis para discutir o tema, coletar feedbacks e alinhar possíveis melhorias nos processos.

PRODUTO D

Documento Técnico “D” contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4, cujos empenhos estejam destacados com valores acima de 15% do montante de cada iniciativa, para fins de análise técnica, deferimento e aprovação no âmbito do PAR3 e 4, visando o diagnóstico do impacto orçamentário.

Atividade 1: Mapear e sistematizar as propostas do PAR3 e PAR4 cujos empenhos estejam destacados com valores acima de 15% do valor de cada iniciativa.

Atividade 2: Avaliar a situação dessas iniciativas e a possibilidade de sua efetiva execução no âmbito do PAR3 e PAR4.

Atividade 3: Realizar reuniões com as áreas responsáveis para discutir o tema, coletar feedbacks e alinhar possíveis melhorias nos processos.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Em todos os produtos o consultor deverá compartilhar, junto com cada documento técnico, as bases de dados produzidas para a sua elaboração.

4.1 Consultores 1 a 12 (CGIMP)

Produto	Data de entrega*
Documento Técnico A contendo estudo avaliativo das ações de monitoramento in loco sobre as obras financiadas pelo FNDE, no que tange às irregularidades de execução detectadas por ocasião das supervisões in loco, bem como mapeamento das principais irregularidades graves, denominadas Restrições, e irregularidades leves, denominadas inconformidades, com vistas a subsidiar a operacionalização do acompanhamento físico-financeiro de tais obras, incluindo sugestões de implementação de mecanismos de assistência técnica aos entes federados que visem minimizar tais irregularidades.	45 dias
Documento Técnico B contendo estudo avaliativo das ações alusivas às empresas de supervisão realizando diagnóstico e estudo avaliativo da quantidade e qualidade das vistorias realizadas <i>in loco</i> pelas empresas contratadas e confecção de sugestões de melhorias a serem implementadas nas ações relacionadas ao acompanhamento dos contratos com essas instituições.	105 dias
Documento Técnico C contendo estudo avaliativo das ações relativas ao repasse de recursos do FNDE aos entes federados contendo diagnóstico de tempestividade de análises de desembolso, efetivação do repasse, impacto da resolução 14/2024 nas análises e propostas de melhoria no processo.	170 dias
Documento Técnico D contendo estudo avaliativo acerca das obras concluídas nos últimos 2 anos, contendo diagnóstico de tempestividade e quantidade, realizando propostas de melhoria no monitoramento e na assistência técnica que visem maior agilidade e efetividade na conclusão das obras em andamento.	230 dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Cada contrato terá a seguinte distribuição dos produtos por Estados da Federação, considerando que essa alocação possibilita a estratificação dos dados e a produção de estudos avaliativos regionais, assegurando que os produtos desenvolvidos reflitam as especificidades locais. Essa segmentação se torna ainda mais relevante quando consideramos as diferenças estruturais e operacionais entre as regiões do Brasil, principalmente em estados com maior complexidade no andamento das obras e na execução dos recursos.

Cabe destacar que o agrupamento por Estado também garante maior coerência na análise dos impactos e na proposição de melhorias nos mecanismos de monitoramento, controle e assistência técnica aos entes federados.

Consultor 01/contratado 1	Bahia (BA)
Consultor 02/contratado 2	Ceará (CE)
Consultor 03/contratado 3	Maranhão (MA)

Consultor 04/contratado 4	Sergipe (SE), Alagoas (AL) e Paraíba (PB)
Consultor 05/contratado 5	Roraima (RR), Rondônia (RO) Goiás (GO)
Consultor 06/contratado 6	Acre (AC), Amapá (AP) e Pernambuco (PE)
Consultor 07/contratado 7	São Paulo (SP), Paraná (PR) e Piauí (PI)
Consultor 08/contratado 8	Minas Gerais (MG)
Consultor 09/contratado 9	Rio de Janeiro (RJ), Espírito Santo (ES) e
Consultor 10/contratado 10	Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Norte (RN)
Consultor 11/contratado 11	Amazonas (AM), Pará (PA) e Tocantins (TO)
Consultor 12/contratado 12	Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e Distrito Federal (DF)

4.2. Consultores 13 a 21 CGEST

Produto	Data de entrega*
Documento Técnico A contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4 cujas demandas estejam tecnicamente aprovadas e com instrumento definitivo validado pelos gestores federativos.	45 dias
Documento Técnico B contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4 cujos empenhos não se encontram abaixo de 15% do valor da iniciativa para diagnóstico do impacto frente a tramitação do respectivo arquivamento da iniciativa.	105 dias
Documento Técnico C contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4 cujos instrumentos constam com cláusula suspensiva vencida, bem como estejam a vencer ou vencidos, para diagnóstico do impacto frente a tramitação do respectivo arquivamento da iniciativa e seus desdobramentos.	170 dias

Produto	Data de entrega*
Documento Técnico D contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4 cujos empenhos estejam destacados com valores acima de 15% do valor de cada iniciativa para fins de que possam ser analisadas tecnicamente, deferidas e aprovadas no âmbito do PAR3 e 4, para diagnóstico do impacto orçamentário.	230 dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Cada contrato terá a seguinte distribuição dos produtos por Estados da Federação, considerando que essa alocação possibilita a estratificação dos dados e a produção de estudos avaliativos regionais, assegurando que os produtos desenvolvidos reflitam as especificidades locais. Essa segmentação se torna ainda mais relevante quando consideramos as diferenças estruturais e operacionais entre as regiões do Brasil, principalmente em estados com maior complexidade no andamento das obras e na execução dos recursos.

Cabe destacar que o agrupamento por Estado também garante maior coerência na análise dos impactos e na proposição de melhorias nos mecanismos de monitoramento, controle e assistência técnica aos entes federados

Consultor 13/contratado 13	AC, PA e AP
Consultor 14/contratado 14	RO e AM
Consultor 15/contratado 15	MA, TO e MT
Consultor 16/contratado 16	PI, RR e CE
Consultor 17/contratado 17	PB, PE e AL
Consultor 18/contratado 18	SE, RN e BA
Consultor 19/contratado 19	GO, RS e MS
Consultor 20/contratado 20	ES, SC e RJ
Consultor 21/contratado 21	SP, MG e PR

5 - INSUMOS

Ao consultor será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - PROCESSO SELETIVO

Para o processo seletivo, será constituída uma comissão específica, cujos trabalhos serão realizados em consonância com este Termo, com as normas aplicáveis e em estreito alinhamento aos princípios aplicáveis à Administração Pública.

A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada, obrigatoriamente por um servidor da área de Cooperação Internacional do FNDE, um servidor da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGPEO), um representante que possua capacidade técnica no objeto; o Organismo Internacional Cooperante será convidado a participar do processo de seleção.

A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

6.1 Análise curricular:

- a) Nesta etapa será realizada somente a análise curricular;
- b) Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital. Os anexos não serão considerados na análise curricular.
- c) Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital;
- d) Somente serão aceitos currículos cadastrados na plataforma Roster, submetidos/inscritos para o edital referente ao presente Termo de Referência, em português do Brasil;
- e) Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados. Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- f) Candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Assessoria de Cooperação Internacional do FNDE, podendo contar com auxílio da CGPEO e de representantes que possuem capacidade técnica no objeto.
- g) A análise curricular valerá 70 (setenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item “TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO” deste edital.

6.2 Entrevista:

- a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação da etapa da análise curricular e que atenderam a todos os requisitos obrigatórios. Serão entrevistados **até** o triplo de candidatos em relação ao número de vagas; salvo se houver empate nesta fase, caso em que poderão ser entrevistados além do triplo;
- b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de **entrevista** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 49 pontos;
- c) As entrevistas serão realizadas por videoconferência ou telefone, podendo ocorrer, ainda, em Brasília, no Edifício sede do FNDE, a critério da Comissão de Seleção;
- d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo cadastrado na plataforma Roster;
- e) A entrevista valerá até 30 (trinta) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- f) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos,

bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

6.3 Análise documental/convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) A habilitação para fins de **contratação** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista, não podendo, o candidato, zerar a fase de entrevista;
- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e comunicado à comissão de seleção;
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação e formação Profissional”, “Experiência Profissional”, quanto aos requisitos obrigatórios e desejáveis, conforme exigido no item “Requisitos mínimos de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado

6.4 Critérios de desempate

Em caso de empate na pontuação final, terá preferência o candidato que:

- a) Tiver obtido a maior pontuação na experiência profissional em atividades relacionadas a análise e compatibilização de projetos de engenharia ou arquitetura e/ou monitoramento e/ou fiscalização e/ou acompanhamento de obras, no âmbito público ou privado, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado; e
- b) Tiver obtido a maior pontuação no item 3 da entrevista: “Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR”.

7 - REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

A qualificação desejável está especificada e seguirá os critérios apresentados na tabela com critérios de avaliação.

A experiência profissional poderá ser comprovada por meio de carteira de trabalho, declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho.

7.1 Obrigatórios:

- a) **Formação acadêmica:** Diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação em Arquitetura e/ou Engenharia Civil, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- b) **Formação acadêmica:** Certificado de Pós-Graduação, em nível de especialização, em Arquitetura e/ou Engenharia Civil, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- c) **Experiência profissional** mínima de 02 (dois) anos em atividades de análise e compatibilização de projetos de engenharia ou arquitetura e/ou monitoramento e/ou fiscalização e/ou acompanhamento de obras, no âmbito público ou privado.

7.2 Requisito desejável:

- a) Requisito desejável: Experiência profissional em atividades de análise e elaboração de relatórios, relacionados ao monitoramento de programas, projetos ou ações no setor público.
- b) Requisito desejável: Experiência em Construção de Indicadores para proporcionar avaliação de políticas públicas.

8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação acadêmica	Requisito obrigatório: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação em Arquitetura ou Engenharia Civil ou Engenharia Elétrica, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.	[100%] 10 pontos: Doutorado [85%] 8,5 pontos: Mestrado	10
		Requisito obrigatório: Certificado de Pós-Graduação, em nível de especialização, em Arquitetura e/ou Engenharia Civil, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.	[70%] 07 pontos: Pós-graduação em nível de Especialização em Arquitetura e/ou Engenharia Civil	
	Experiência profissional	Obrigatória: Experiência profissional mínima de 02 (dois) anos em atividades de análise e compatibilização de projetos de engenharia ou arquitetura e/ou monitoramento e/ou fiscalização e/ou acompanhamento de obras, no âmbito público ou privado, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.	[100%] 40 pontos: acima de 3 a 4 anos ou mais de experiência; [85%] 34 pontos: acima de 2 a 3 anos de experiência; [70%] 28 pontos: 2 anos de experiência.	40

		Desejável: Experiência profissional em atividades de análise e elaboração de relatórios, relacionados ao monitoramento de programas, projetos ou ações no setor público.	[100%] 10 pontos: acima de 3 a 4 anos ou mais de experiência; [85%] 8,5 pontos: acima de 2 a 3 anos de experiência; [70%] 7 pontos: 2 anos de experiência.	10
		Desejável: Experiência em Construção de Indicadores para proporcionar avaliação de políticas públicas.	[100%] 10 pontos: acima de 3 a 4 anos ou mais de experiência; [85%] 8,5 pontos: acima de 2 a 3 anos de experiência; [70%] 7 pontos: 2 anos de experiência.	10
3	Entrevista	Apresenta capacidade de identificar e implementar soluções viáveis dentro de prazos definidos.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	05
		Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	05
		Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	[100%] 20 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito; [85%] 17 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito; [70%] 14 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	20
PONTUAÇÃO TOTAL				100

9 - DISPOSIÇÕES GERAIS

A UNESCO contrata consultores especialistas quando existe uma necessidade temporária, de curto prazo e de caráter não continuado, em conformidade com seu manual de recursos humanos e demais regras e procedimentos administrativos e, em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES.

A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

10 – LOCAL DE TRABALHO: Brasília, DF.

O consultor deverá demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao Projeto e para atender prontamente a eventuais reuniões de alinhamento para elaboração das atividades e agendas solicitadas pelo FNDE ao menos duas vezes semanais durante o horário comercial de trabalho.

Brasília/DF, janeiro de 2026.